

Adesão ao Plano S: Desafios de um financiador

Joana Novais

FCT|FCCN, Portugal

João Mendes Moreira 

FCT|FCCN, Portugal

Plano S	Em fevereiro de 2021, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) anunciou a sua adesão ao Plano S.
Acesso Aberto	O Plano S visa assegurar que, a partir de 2021, todas as publicações resultantes de investigação financiada por fundos públicos ou privados devem ser publicadas em revistas ou plataformas de acesso aberto, e/ou tornadas imediatamente disponíveis através de repositórios de acesso aberto sem embargo e com retenção do copyright.
Retenção do copyright	O Plano S pode ser cumprido por três vias distintas: publicação em revistas ou plataformas de acesso aberto, publicação em acesso fechado com depósito imediato em repositório ou publicação ao abrigo de acordos transformativos. O Plano S rege-se também por dez princípios fundamentais, que impõem múltiplos desafios aos financiadores, mas também aos autores e suas instituições. Estes desafios correspondem, em alguns casos, a verdadeiras mudanças de paradigma.
Acordos Transformativos	Com medidas de mitigação adequadas e bem articuladas, entende-se que a adesão da FCT ao Plano S resultará numa maior projeção do trabalho de investigação financiado, resultando a longo prazo num melhor retorno de investimento.

Plan S adoption: challenges of a funding institution

Plan S	In February 2021, the Foundation for Science and Technology of Portugal (FCT) announced its decision to adopt Plan S.
Open Access	Plan S aims to ensure that from 2021 onwards, all scholarly publications on the results from research funded by public or private grants must be published in Open Access journals or platforms, and/or made immediately available through open access repositories without embargo and with copyright retention.
Copyright Retention	Compliance with Plan S can be achieved via three different routes: publication in an Open Access journal or platform, publication in a closed venue with the manuscript deposit made immediately openly available in a repository, or publication under the umbrella of a transformative agreement. Plan S also follows ten fundamental principles, which imply multiple challenges to the funders, but also to authors and their institutions. These challenges equate to, in some cases, to complete changes in paradigm.
Transformative Agreements	With adequate and well-articulated measures, the authors believe that the adoption of Plan S by FCT will result in a better projection of the funded research work. Ultimately, this will lead, in the long run, to a better return on investment.

INTRODUÇÃO

Em fevereiro de 2021, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT) anunciou a sua adesão ao Plano S. A FCT é um instituto público que tem, na sua missão, o apoio à investigação em ciência, tecnologia e inovação em Portugal. Este

constituiu mais um passo nas várias iniciativas que já vinham sendo desenvolvidas no âmbito da Ciência Aberta.

O Plano S, criado em 2018 por um grupo de instituições financiadoras agrupadas na

cOAlition S, visa assegurar que, a partir de 2021, todas as publicações resultantes de investigação financiada por fundos públicos ou privados devem ser publicadas em revistas ou plataformas de acesso aberto, e/ou tornadas imediatamente disponíveis, isto é, sem embargo, através de repositórios de acesso aberto. A FCT irá implementar os princípios do Plano S a partir de 1 de janeiro de 2022.

Esta iniciativa constitui um contributo significativo dentro das diversas iniciativas de acesso aberto existentes, na medida em que os seus signatários são financiadores, e que se comprometem a assegurar que o resultado da investigação que financiam seja publicada em acesso aberto imediato.

Apesar de exigir uma adaptação desafiante por parte da FCT e dos investigadores por si financiados, a adesão ao Plano S permitirá acelerar a disseminação do acesso aberto nas publicações resultantes de investigação financiada pela FCT. Só assim poderá a FCT ter o máximo retorno pelo seu investimento em investigação e desenvolvimento.

Neste artigo, apresentar-se-á o *status* atual relativamente ao cumprimento do Plano S por parte da FCT. De seguida apresentar-se-ão os desafios a enfrentar e as medidas já identificadas para possibilitar a progressão na percentagem de cumprimento do Plano S por parte dos investigadores financiados pela FCT.

METODOLOGIA

Recolheram-se dados de publicação em Portugal para o ano de 2019 a partir da Web of Science (Clarivate)¹. Através de uma API e de recurso a programação em R, enriqueceram-se os dados obtidos com dados da Unpaywall², nomeadamente para classificação do *status* de Acesso Aberto.

Os dados foram seguidamente filtrados a nível do primeiro autor correspondente, selecionando apenas aqueles com afiliação a instituições com endereço em Portugal. Aplicou-se também um filtro a nível do campo de financiamento, retendo apenas os artigos que incluíssem referência à FCT.

O DESAFIO PRIMORDIAL: COMO CUMPRIR O PLANO S?

As três vias de acesso aberto

O Plano S pode ser cumprido por uma das seguintes três vias³:

- 1) Publicação em revistas ou plataformas de acesso aberto: os financiadores devem financiar as taxas de publicação nestes suportes. A nível da FCT, o número de revistas abrangidas por esta via é reduzido. No entanto, o esforço combinado global é significativo (por exemplo o *Directory of Open Access Journals* (DOAJ)⁴ lista mais de 15.700 de revistas em acesso aberto). Esta via é frequentemente denominada Acesso Aberto Dourado.
- 2) Publicação em revistas fechadas, com depósito imediato em repositório: a maioria dos grandes editores não permite o depósito em repositório sem período de embargo, dificultando a utilização desta via para cumprir o plano S. A nível da FCT é importante referir a relevância da gestão e operação da rede nacional de repositórios científicos de acesso aberto (RCAAP). Nesta via, o Plano S não permite o financiamento de taxas de publicação em revistas “híbridas”.
- 3) Publicação em acesso aberto imediato ao abrigo de acordos transformativos⁵: permite publicação em acesso aberto em revistas “híbridas” de editores que estejam abrangidos por acordos transformativos celebrados pela FCT no quadro da iniciativa Biblioteca do Conhecimento Online (b-on). Esta abordagem foi iniciada no ciclo contratual atual da b-on e irá ser reforçada no quadro da negociação do ciclo de contratos 2022-2024.

Os princípios do Plano S

O Plano S segue 10 princípios (Tabela 1), que impõem múltiplos desafios aos financiadores, mas também aos autores e suas instituições. Estes desafios correspondem, em alguns casos, a verdadeiras mudanças de paradigma.

Princípios do Plano S
1. O autor ou a sua instituição devem reter o <i>copyright</i> (licença CC-BY atribuída por defeito);
2. Os financiadores devem desenvolver critérios e requisitos robustos para os serviços a assegurar por revistas de acesso aberto, plataformas de acesso aberto e repositórios de acesso aberto de elevada qualidade;
3. Nos casos em que não existem ainda revistas ou plataformas de acesso aberto de elevada qualidade, os financiadores deverão, de forma coordenada, criar incentivos para os suportar quando necessário. Deverá também ocorrer apoio a infraestruturas de acesso aberto;
4. As taxas de publicação deverão ser suportadas pelos financiadores ou instituições de investigação, não pelos investigadores a título individual: é reconhecido que todos os investigadores deverão poder publicar em Acesso Aberto;
5. Os financiadores apoiam os vários modelos de negócio das revistas e plataformas de Acesso Aberto. Quando existem taxas de publicação, estas devem ser adequadas aos serviços de publicação em causa e a sua estrutura de custos deve ser transparente, por forma a informar o mercado e os financiadores sobre potencial normalização e limitação de tais pagamentos;
6. Os financiadores incentivam governos, universidades, organizações de investigação, bibliotecas, academia, e sociedades científicas, a alinharem as suas estratégias, políticas e práticas, nomeadamente para assegurar a transparência;
7. Os princípios delineados deverão aplicar-se a todos os tipos de comunicação científica, mas é entendido que os prazos para implementação de acesso aberto em monografias e capítulos de livros poderão ser mais alargados e requerem um processo separado;
8. Os financiadores não suportam o modelo “híbrido” de publicação. No entanto, no caminho para a transição para Acesso Aberto, dentro de um prazo claramente definido, e apenas no contexto de acordos transformativos, os financiadores poderão contribuir para o suporte financeiro de tal modelo;
9. Os financiadores deverão monitorizar a conformidade e sancionar os beneficiários /bolseiros em incumprimento;
10. Os financiadores comprometem-se a, aquando da avaliação dos resultados de investigação para efeitos de decisões de financiamento, valorizar o mérito intrínseco do trabalho e não o canal de publicação, o seu fator de impacto (ou outras métricas de avaliação de revistas) ou o editor.

Tabela 1: Princípios do Plano S (traduzido de *The Plan S Principles*³)

O ponto de partida – análise dos dados de publicação de 2019

Imediatamente após a adesão da FCT ao Plano S, foram identificados diversos desafios que teriam que ser colmatados no decorrer de 2021 e no arranque de 2022.

A primeira questão que se colocou foi a de conhecer o ponto de partida, ou seja, identificar o nível de cumprimento do Plano S, à altura, por parte dos investigadores financiados pela FCT. Na figura 1 podemos ter esta perceção relativamente ao ano de 2019. Nesse ano, foram

identificados cerca de 8400 artigos com primeiro autor correspondente em Portugal e com referência à FCT no campo do financiamento.

Estes 8400 artigos apresentam a seguinte distribuição quanto ao seu *status* de acesso aberto: **25% em acesso aberto dourado** – imediatamente em cumprimento do Plano S; **19% em acesso aberto verde e bronze** – em cumprimento, mas podem não o ter sido de forma imediata devido aos possíveis períodos de embargo impostos pelos editores; **3% em**

acesso aberto híbrido – em não cumprimento, por razões de duplicação de remuneração aos editores e finalmente **53% em acesso fechado**,

claramente também em não cumprimento do Plano S.

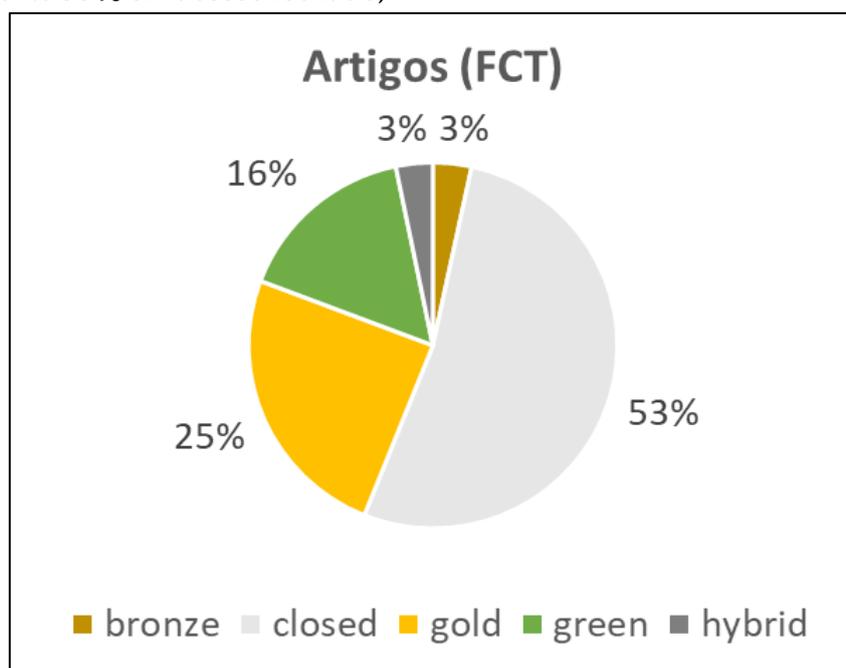


Figura 1: Classificação a nível de Acesso Aberto dos artigos publicados em 2019 com referência a financiamento por parte da FCT.

Relativamente aos artigos publicados em acesso aberto dourado, o pagamento de eventuais taxas de publicação (*article processing charges* (APC) na terminologia inglesa normalmente adotada) poderá estar a ser efetuado através dos financiamentos disponibilizados pela FCT, dado que estão em conformidade com a atual

Política de Acesso Aberto da FCT. A Tabela 2 indica a distribuição destes artigos (cerca de 2000 artigos) por editor. Apenas se detalham os dez editores principais, que representam 77% da totalidade destas publicações.

Editor	% dos artigos publicados (não GOA)
Mdpi Ag	43%
Springer Nature	11%
Frontiers Media Sa	9%
Elsevier	5%
Public Library Science	3%
Wiley	2%
lee	2%
Hindawi	1%
Taylor & Francis	1%
Walter De Gruyter	1%
Restantes editores (148)	23%

Tabela 2: Distribuição por editor dos artigos publicados em acesso aberto dourado em 2019 com referência a financiamento pela FCT, apresentados por ordem decrescente de número de artigos por editor.

Analisando a distribuição por editor dos artigos publicados em qualquer revista que não seja de Acesso Aberto Dourado (cerca de 6300 artigos) podemos concluir que existe também uma

concentração elevada (80% dos artigos) em apenas dez editores (Tabela 3). Destes editores, nove são editores com os quais a b-on tem contratos de subscrição.

Editor	% dos artigos publicados (não GOA)	Conteúdos b-on
Elsevier	38%	sim
Springer-Nature	12%	sim
Wiley	10%	sim
Taylor and Francis	8%	sim
American Chemical Society	3%	sim
Royal Society of Chemistry	3%	sim
Institute of Electrical and Electronics Engineers	2%	sim
Sage Publications	2%	sim
Oxford University Press	1%	não
IOP Publishing	1%	sim
Restantes editores (137)	20%	sim - 5; não- 132

Tabela 3: Distribuição por editor dos artigos (excluindo artigos de acesso aberto dourado) publicados em 2019 com referência a financiamento pela FCT, apresentados por ordem decrescente de número de artigos por editor.

Desafios para o financiador

Elencamos de seguida alguns desafios para a FCT que deverão ser ultrapassados para que se possa alterar de forma significativa a distribuição atual apresentada na Figura 1. Indicamos também, de forma calendarizada, a forma como cada um destes desafios está a ser ou irá ser endereçado.

1. Revisão da Política de Acesso Aberto da FCT e dos regulamentos de

financiamentos por forma a refletir as exigências do Plano S.

2021: Revisão da Política de Acesso Aberto em elaboração, incluindo um levantamento detalhado de documentação relevante.

2. Comunicação, comunicação, comunicação: deverá ocorrer um esforço significativo na divulgação das medidas do plano S e esclarecimento das questões dos investigadores e demais atores envolvidos.

2021: *Helpdesk* criado para resposta a questões relacionadas com a Política de Acesso Aberto.

2022: *Workshops* de esclarecimento para autores, publicação de FAQs.

3. Maior alocação de verbas associadas a taxas de publicação (APC).

2022: Os pedidos de financiamento deverão prever verba para possibilitar a publicação na revista pretendida (que deverá cumprir as regras de elegibilidade).

4. Contemplar celebrar acordos transformativos, por forma a permitir publicação em revistas híbridas, sem pagamento de APC.

2021: O momento da adesão da FCT ao Plano S foi oportuno para a renegociação dos contratos da b-on do triénio 2022-2024, que teve como um dos principais objetivos a obtenção de condições transformativas num número significativo de contratos, visando-se assegurar, numa primeira fase, uma cobertura de cerca de 60% de toda a produção científica de autores de instituições b-on.

5. Revisão das regras de avaliação dos resultados de investigação, que poderá ser necessária por forma a valorizar o mérito

intrínseco da investigação e não a identidade da publicação.

2021: Representação da FCT em grupos da cOAlition S e da União Europeia dedicados a este tópico.

6. Monitorização do cumprimento das regras

2021-2022: Implementação de um registo nacional de *outputs* de ciência e tecnologia; desenvolvimento de ferramentas de monitorização e de *compliance* (financiamento SAMA).

7. Assegurar locais de publicação alternativos, que cumpram o Plano S, em todas as áreas disciplinares

2021-2022: PubIN (SciELO e SARCO)⁶; Desenvolvimento de plataforma semelhante ao *Open Research Europe* (ORE)⁷.

Desafios para o autor/investigador

A adesão ao Plano S será benéfica para os autores, pois viabiliza uma melhor e mais rápida disseminação do seu trabalho de investigação. Ainda assim, é expectável que possa ocorrer algum nível de impacto, embora também se identifiquem diversas medidas de atuação que ajudam a colmatar estes possíveis efeitos.

1. Possível impacto na escolha da publicação:

a necessidade de publicação em acesso aberto, excluindo revistas híbridas ou fechadas, pode condicionar os autores na sua primeira escolha de revista científica.

2021: Como referido anteriormente, a b-on está a procurar estabelecer acordos transformativos com diversos editores, que incluem a possibilidade de publicação em acesso aberto imediato num número elevado de revistas das principais editoras internacionais, incluindo revistas híbridas. A tabela 3 ilustra a relevância dos acordos b-on na mitigação deste impacto. A concretização de acordos transformativos contribuirá de forma significativa a uma rápida evolução na taxa de cumprimento do Plano S.

2022: No caso de artigos não contemplados por acordos transformativos b-on para publicação em acesso aberto imediato (dourado), existe sempre a

possibilidade de alcançar o acesso aberto através do depósito do artigo em repositório institucional. Aqui, o RCAAP (Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal)⁸ constitui o recurso principal, acolhendo o depósito por parte dos autores dos manuscritos aceites para publicação (*Author Accepted Manuscripts* (AAM), na terminologia inglesa, normalmente usada). Por forma a ultrapassar questões de direitos de autor e de períodos de embargo que possam ser impostos por alguns editores, será fundamental implementar uma abordagem local em torno da *Rights Retention Strategy* (RRS) desenvolvida pela cOAlition S. A RRS assenta no princípio da retenção dos direitos de autor aquando da submissão do manuscrito ao editor permitindo assim que o manuscrito aceite possa ser disponibilizado de forma imediata num repositório institucional.

A RRS permitirá viabilizar a via de repositório como complemento e alternativa ao acesso aberto dourado, através do depósito imediato do manuscrito aceite (após revisão pelos pares) em repositório institucional e com retenção dos direitos de autor (através de uma licença *Creative Commons*). Por forma a não ficar limitado pelos períodos de embargo dos editores e assegurar que o autor retém os seus direitos sobre o manuscrito, os financiadores podem solicitar aos seus autores que, no momento da submissão dos seus manuscritos, aleguem o *Rights Retention Strategy*⁹.

2. Compreender as novas regras de publicação e todas as alternativas disponíveis.

Dado o elevado número de vias alternativas para se conseguir cumprimento do plano S, poderá tornar-se complexo para os autores conseguir identificar a publicação ideal. **2022:** será recomendável a disseminação da informação relevante de forma mais direta através de *workshops* de esclarecimento para autores financiados pela FCT.

CONCLUSÕES

Apesar dos múltiplos desafios antecipados, a articulação adequada dos vários recursos já disponibilizados pela FCT (por exemplo o RCAAP e a b-on), e a execução atempada das

várias medidas de mitigação indicadas deverá assegurar que a adesão da FCT ao Plano S decorra sem percalços. Uma implementação bem-sucedida permitirá aos autores

financiados pela FCT obter mais projeção do trabalho de investigação desenvolvido, resultando também num maior retorno no investimento para o próprio financiador.

REFERÊNCIAS

1. <https://www.webofscience.com/wos/>
2. <https://unpaywall.org/>
3. <https://www.coalition-s.org/addendum-to-the-coalition-s-guidance-on-the-implementation-of-plan-s/principles-and-implementation/>
4. <https://doaj.org/>
5. <https://esac-initiative.org/about/transformative-agreements/>
6. <https://www.pubin.pt/>
7. <https://open-research-europe.ec.europa.eu/>
8. <https://www.rcaap.pt/>
9. <https://www.coalition-s.org/rights-retention-strategy/>

Novais, J.; Moreira, J. M. (2021). "Adesão ao Plano S: Desafios de um financiador". Cadernos BAD, n. 1-2. <https://doi.org/10.48798/cadernosbad.2751>

Acesso e licença

Artigo em acesso aberto distribuído nos termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-by 4.0).

Revisão por Pares

Esta revista usa um sistema de revisão duplamente cega por pares assegurada pelo conselho científico da Cadernos BAD.

Conflitos de Interesse

Os autores declaram a inexistência de conflitos de interesse na realização do presente trabalho.

Confidencialidade dos Dados

Os autores declaram ter seguido os protocolos de RGPD.

Financiamento, apoio e patrocínios

Não existiram fontes externas de financiamento para a realização deste artigo.

Recebido

07/10/2021

Aceite

13/10/2021

Publicado

26/09/2022